



A FUSÃO ENTRE PODER RELIGIOSO E POLÍTICO NO PERÍODO INTERTESTAMENTÁRIO: IMPACTOS NA AUTONOMIA JUDAICA E IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS

Carlos Rogerio de Oliveira¹

Jonas Machado ²

RESUMO

O presente artigo examina a fusão entre o poder religioso e o político no período intertestamentário, com ênfase nos impactos sobre a autonomia judaica e suas implicações teológicas para a compreensão da liderança espiritual no Novo Testamento. A análise aborda como os sumos sacerdotes hasmoneus conciliavam funções cultuais com demandas governamentais, sob pressões de potências estrangeiras, como os Selêucidas e Roma. Adotando uma abordagem histórico-teológica, o estudo baseia-se em fontes primárias, como Flávio Josefo e 1 Macabeus, e em autores secundários, como Schürer (2023), Skarsaune (2004) e Hengel (1981). Os resultados indicam que a ascensão do sacerdócio hasmoneu, embora motivada pela preservação da identidade judaica, gerou tensões entre altar e trono, transformando o sacerdócio em instrumento de poder político. Essa sobreposição, agravada por influência helenista e romana, fomentou fragmentações religiosas entre fariseus, saduceus e essênios, enfraquecendo o ideal teocrático. No entanto, tal crise preparou o terreno para a renovação messiânica no Novo Testamento. Conclui-se que essa fusão, impulsionada pela sobrevivência nacional, oferece lições contemporâneas sobre os riscos da instrumentalização da fé pelo poder.

Palavras-chave: Período intertestamentário; Sacerdócio hasmoneu; Poder religioso e político; Autonomia judaica; Crise da autoridade espiritual.

The fusion between religious and political power in the intertestamental period: impacts on jewish autonomy and theological implications

ABSTRACT

This article examines the fusion between religious and political power in the intertestamental period, emphasizing its impacts on Jewish autonomy and theological implications for understanding spiritual leadership in the New Testament. The analysis addresses how Hasmonean high priests reconciled cultic functions with governmental demands, under pressures from foreign powers such as the Seleucids and Rome. Adopting a historical-theological approach, the study relies on primary sources like Flavius Josephus and 1 Maccabees, and secondary authors such as Schürer (2023), Skarsaune (2004), and Hengel (1981). The results indicate that the rise of the Hasmonean priesthood, although motivated by the preservation of Jewish identity, generated tensions between altar and throne, transforming the priesthood into an instrument of political power. This overlap, aggravated by Hellenistic and Roman influence, fostered religious fragmentations among Pharisees, Sadducees, and Essenes, weakening the theocratic ideal. However, such crisis prepared the ground for messianic renewal in the New Testament. It is concluded that this fusion, driven by national survival, offers contemporary lessons on the risks of instrumentalizing faith by power.

Keywords: Intertestamental period; Hasmonean priesthood; Religious and political power; Jewish autonomy; Crisis of spiritual authority.

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo; pós-graduando em História da Teologia e da Igreja pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

² Doutor. Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Email: jonas.machado@teologica.net. ORCID iD <https://orcid.org/0009-0008-9690-0615>.

La fusión entre poder religioso y político en el período intertestamentario: impactos en la autonomía judía e implicaciones teológicas

RESUMEN

Este artículo examina la fusión entre el poder religioso y político en el período intertestamentario, con énfasis en sus impactos sobre la autonomía judía y sus implicaciones teológicas para la comprensión del liderazgo espiritual en el Nuevo Testamento. El análisis aborda cómo los sumos sacerdotes hasmoneos conciliaban funciones culturales con demandas gubernamentales, bajo presiones de potencias extranjeras como los Seléucidas y Roma. Adoptando un enfoque histórico-teológico, el estudio se basa en fuentes primarias como Flavio Josefo y 1 Macabeos, y en autores secundarios como Schürer (2023), Skarsaune (2004) y Hengel (1981). Los resultados indican que el ascenso del sacerdocio hasmoneo, aunque motivado por la preservación de la identidad judía, generó tensiones entre altar y trono, transformando el sacerdocio en instrumento de poder político. Esta superposición, agravada por la influencia helenista y romana, fomentó fragmentaciones religiosas entre fariseos, saduceos y esenios, debilitando el ideal teocrático. Sin embargo, tal crisis preparó el terreno para la renovación mesiánica en el Nuevo Testamento. Se concluye que esta fusión, impulsada por la supervivencia nacional, ofrece lecciones contemporáneas sobre los riesgos de la instrumentalización de la fe por el poder.

Palabras clave: Período intertestamentario; Sacerdocio hasmoneo; Poder religioso y político; Autonomía judía; Crisis de la autoridad espiritual.

INTRODUÇÃO

O período helenístico marca um dos capítulos mais decisivos da história do povo judeu. A conquista do Império Persa por Alexandre, o Grande, no século IV a.C., não se restringiu ao domínio militar: ela desencadeou a difusão sistemática da cultura, da língua e das instituições gregas por todo o Oriente Próximo.

O grego koiné consolidou-se como a língua franca do comércio, da administração e da vida intelectual no mundo helenístico, alcançando também as comunidades judaicas da diáspora, especialmente aquelas estabelecidas no Egito. Nesse contexto histórico e cultural, a tradução das Escrituras hebraicas para o grego, conhecida como Septuaginta, desempenhou papel decisivo na expansão do judaísmo para além de suas fronteiras étnicas e linguísticas. Essa tradução possibilitou que o monoteísmo judaico alcançasse leitores de língua grega e permitiu que os próprios judeus helenizados tivessem acesso à Torá em sua língua cotidiana. Ao mesmo tempo, esse processo expôs a tradição judaica ao diálogo com categorias filosóficas, valores estéticos e práticas educacionais próprias do helenismo¹.

Após a morte de Alexandre, a Judeia oscilou entre o controle ptolomaico e o selêucida, ambiente que favoreceu a penetração gradual de elementos helenísticos na vida social e religiosa. A tensão tornou-se insustentável no reinado de Antíoco IV Epifânio (175–164 a.C.). Diante de pressões financeiras e da necessidade de unificar culturalmente um império fragmentado, o rei selêucida transformou a helenização em política estatal coercitiva. Ele proibiu a circuncisão, a observância do sábado e a realização dos sacrifícios tradicionais, além de ordenar a destruição sistemática dos exemplares da Torá. Em 167 a.C., a profanação do Templo de Jerusalém, mediante a introdução do culto a Zeus Olímpico e a imposição de sacrifícios pagãos, representou o ápice do programa de helenização forçada promovido por Antíoco IV Epifânio. Essas medidas não atingiram apenas a prática religiosa, mas feriram o cerne da identidade nacional judaica e a própria compreensão da aliança com Deus².

na Biblioteca de Alexandria. Após 72 dias de trabalho isolado, produziram uma versão idêntica ao original hebraico, considerada divinamente inspirada. O rei a proclamou “Escrituras Sagradas”, depositando cópias no Templo e na Biblioteca — adaptação essencial para judeus helenizados do Egito e disseminação do monoteísmo na Diáspora (2012, p. 538-548).

2 Cf. Josefo, *Antiguidades Judaicas* XII (Josefo, 2012, p. 562–564); Schürer, *História do Povo Judeu*, v. 1 (Schürer, 2023, p. 221). As citações de Schürer sem indicação de volume referem-se ao Volume I da obra; quando mencionadas, as indicações “v. 2” correspondem ao Volume II.

1 Josefo relata que Ptolomeu II Filadelfo (285–246 a.C.) encomendou a tradução da Torá para o grego koiné, reunindo 72 sábios judeus de Jerusalém

A reação a essa política manifestou-se na revolta macabaica. No mesmo ano, na aldeia de Modein, o sacerdote Matatias recusou-se a cumprir a ordem real de oferecer sacrifícios a divindades gregas e iniciou um movimento de resistência armada. Após sua morte, seus filhos assumiram a liderança da insurreição, destacando-se Judas, cognominado Macabeu, cuja estratégia militar possibilitou sucessivas vitórias contra os exércitos selêucidas. Em dezembro de 164 a.C., a reconquista de Jerusalém, a purificação do Templo e o restabelecimento do culto legítimo marcaram um momento decisivo da revolta, posteriormente celebrado na festa de Hanukkah³.

O êxito inicial abriu caminho para a consolidação política da dinastia hasmoneia. Jônatas assumiu o sumo sacerdócio em 152 a.C., e, em 140 a.C., Simão obteve o reconhecimento oficial como sumo sacerdote hereditário, etnarca e comandante militar. Pela primeira vez desde o exílio babilônico, uma única linhagem concentrou as funções de liderança religiosa, governo civil e comando militar. Entre 142 e 63 a.C., a Judeia viveu um período de autonomia relativa, acompanhado de expansão territorial e prosperidade econômica. Ainda assim, a fusão entre o poder religioso e o poder político gerou tensões internas crescentes, intensificadas pela assimilação de costumes helenísticos e pela dependência progressiva das alianças com Roma⁴.

Em 63 a.C., a intervenção militar de Pompeu encerrou a independência nacional da Judeia. Esse percurso histórico constitui o pano de fundo essencial para a compreensão das expectativas messiânicas, das críticas à liderança do Templo, das divisões entre fariseus, saduceus e essênios e do desenvolvimento do conceito de Reino de Deus no Novo Testamento.

Para o aprofundamento dos acontecimentos, as fontes primárias permanecem fundamentais. O Primeiro Livro dos Macabeus oferece o relato mais

próximo da revolta e da consolidação hasmoneia, enquanto Flávio Josefo, em *Antiguidades Judaicas*, apresenta uma narrativa mais ampla, integrada ao contexto político do período helenístico.

À luz desse contexto, o presente artigo examina a fusão entre sacerdócio e governo, as tensões por ela geradas e as marcas duradouras deixadas na história do judaísmo do Segundo Templo, com implicações diretas para a compreensão do cristianismo primitivo.

A FUSÃO ENTRE SACERDÓCIO E GOVERNO

O período intertestamentário marcou uma transformação profunda na organização política e religiosa da Judeia. O sacerdócio, que anteriormente se limitava às funções cultuais e à mediação espiritual, passou gradualmente a se entrelaçar com as esferas civil e militar, modificando uma tradição que, até então, separava rigidamente o altar do trono (Schürer, 2023, p. 260). Essa fusão entre autoridade religiosa e poder político, consolidada durante a dinastia hasmoneia, emergiu como resposta direta às constantes ameaças externas e à necessidade de afirmar a autonomia judaica em meio ao domínio helenístico.

Sob a orientação dos hasmoneus, o cargo de sumo sacerdote ampliou seu escopo além da mera proteção ao culto e à Lei, incorporando também responsabilidades de governante, diplomata e líder militar. Essa sobreposição de atribuições reconfigurou o traço essencial da chefia judaica e estabeleceu um padrão de liderança mista, no qual a aceitação política se baseava não só na descendência sacerdotal, mas igualmente na destreza para negociações e ações de guerra (Schürer, 2023, p. 262-263).

A junção entre o sacerdócio e o poder civil, conforme Eckhardt (2016, p. 56), permitiu o surgimento do primeiro Estado judeu autônomo desde o exílio babilônico. Contudo, o arranjo não se restringiu a uma mera resposta ao jugo estrangeiro;

3 Cf. 1 Macabeus 4.36–59; 2 Macabeus 10.1–8; Josefo, *Antiguidades Judaicas* XII (Josefo, 2012, p. 567–570).

4 Cf. 1 Macabeus 13.36–42; 14.25–49; Josefo, *Antiguidades Judaicas* XIII (Josefo, 2012, p. 582–589; 644–645).

ele também indicou uma adaptação calculada da Judeia às engrenagens administrativas do Império Selêucida em enfraquecimento (Eckhardt, 2016, p. 57). Desse modo, os hasmoneus exploraram as brechas políticas e o desequilíbrio dos reinos helênicos para respaldar sua liderança, tanto perante a população quanto junto aos monarcas externos.

Os sumos sacerdotes hasmoneus, como Jônatas e Simão, tornaram-se exemplos dessa nova configuração de poder. Sua influência não se restringia ao território da Judeia, mas alcançava a esfera internacional, especialmente por terem obtido reconhecimento e privilégios de diversos pretendentes selêucidas ao trono (Eckhardt, 2016, p. 57-58).

Essa legitimação política reforçava o prestígio dos líderes judaicos, mas também implicava riscos: ao assumir prerrogativas civis e militares, o sacerdócio perdeu parte de seu caráter sagrado e passou a ser questionado por setores mais conservadores da sociedade judaica.⁵

A ligação entre o sacerdócio e o Estado concedeu à Judeia um momento passageiro de autonomia e equilíbrio, embora a um preço severo. Enquanto reforçava o domínio interno e avivava o senso de nação entre os judeus, essa combinação minava os fundamentos espirituais que ancoravam sua liderança religiosa. Ao longo dos anos, os conflitos de dentro, as contendas por herança e o desvanecimento lento da santidade do cargo sacerdotal aceleraram o declínio do regime hasmoneu, facilitando o retorno de interferências externas e o advento do controle romano (Schürer, 2023, p. 313-314).

Um episódio marcante dessa erosão espiritual ocorreu sob Alexandre Janeu (103-76 a.C.), sumo sacerdote e rei hasmoneu, durante

a Festa dos Tabernáculos (Sukkot). Ao rejeitar publicamente a tradição farisaica de libação de água no altar (conforme profetizado em Is 12.3), Janeu derramou o líquido no chão em desafio aberto, o que provocou a fúria do povo e um ataque com citrinos, acusando-o de ilegitimidade no ofício sacerdotal. Em retaliação, ele convocou mercenários estrangeiros para massacrar cerca de 6.000 judeus no próprio Templo, ato de profanação que não só simbolizou o colapso da santidade do cargo, mas também aprofundou as divisões internas entre fariseus e a elite saduceia, pavimentando o caminho para o enfraquecimento hasmoneu e a posterior intervenção romana.

A articulação entre o sacerdócio e o Estado concedeu à Judeia um intervalo breve de soberania e relativa harmonia, embora a um custo elevado. Essa fusão institucional consolidou o controle interno e fortaleceu o sentimento coletivo de identidade entre os judeus; contudo, ela também corroeu os fundamentos teológicos que sustentavam a autoridade espiritual dos líderes. Com o passar do tempo, esse arranjo político-religioso alimentou discórdias internas, rivalidades sucessórias e o progressivo esvaziamento da sacralidade do ofício sacerdotal, precipitando o declínio da dinastia hasmoneia e abrindo caminho para o retorno de influências externas e para a imposição do jugo romano (Schürer, 2023). Essa dinâmica ambígua de avanços e retrocessos não apenas marcou o ápice dessa liderança híbrida, mas também lançou as bases de uma transição inevitável, cujos efeitos se manifestam nas reconfigurações religiosas e políticas analisadas no capítulo subsequente, no qual as consequências dessa fusão se tornam plenamente visíveis.

O ROMPIMENTO COM A TRADIÇÃO ZADOQUITA

A tradição zadoquita, estabelecida desde os reinados de Davi e Salomão, reservava o sumo sacerdócio estritamente aos descendentes de Zadoque, conforme indicado nas Escrituras (cf.

⁵ Hengel (1981, p. 305) analisa que a fusão de sacerdócio e realeza pelos hasmoneus, ausente na tradição levítica, fortaleceu a independência judaica por meio de expansões territoriais, mas gerou um “trauma coletivo” e críticas radicais de fariseus e essênios, que viam nessa concentração de poder uma deturpação da pureza ritual e uma ameaça ao “zelo pela lei”, fomentando divisões internas e um anarquismo religioso na observância da Torá.

1Rs 2.35; Ez 44.15-16). Esse padrão preservava, além da pureza dos ritos e da validade do culto, a firmeza do Templo como instituição, isolando o sacerdócio de ambições políticas e de contendas pelo trono (Schürer, 2023). A distinção entre o ofício religioso e o poder civil atuava, assim, como proteção à santidade da aliança mosaica e à essência espiritual de Israel.

O paradigma da tradição zadoquita sofreu uma ruptura acentuada no curso da revolta. Em meio ao desmoronamento do controle selêucida e às investidas da helenização, Jônatas, irmão de Judas Macabeu, recebeu a nomeação para sumo sacerdote, em 152 a.C., pelas mãos de Alexandre Balas, soberano selêucida. Apesar de os hasmoneus integrarem a linhagem levítica através de Matatias, eles não provinham diretamente de Zadoque. A indicação de Jônatas, conforme relata Flávio Josefo em *Antiguidades Judaicas*, configurou uma estratégia política e religiosa destinada a salvaguardar a crença judaica em tempos de turbulência e a reerguer uma autoridade aceita perante o povo. Ao assumir o posto, Jônatas deu início ao sacerdócio hasmoneu, fundindo o comando militar ao ofício sacerdotal numa única figura e quebrando, dessa maneira, a reserva zadoquita que vigorara por gerações (Josefo, 2012, p. 590).

O contexto da ruptura com a tradição zadoquita enquadra-se na crise selêucida, deflagrada no reinado de Antíoco IV Epifânio (175–164 a.C.), marcado por profunda instabilidade no poder imperial. As derrotas consecutivas do Império Selêucida perante romanos e partos minuíam o domínio do soberano sobre suas terras, gerando um vácuo de autoridade que se estendeu à Judeia. Nesse quadro, Antíoco IV tentou reafirmar seu mando mediante uma helenização compulsória, forçando costumes culturais e litúrgicos gregos na gestão do Templo — ações que incitaram veemente oposição entre os defensores da Torá (Grabbe, 2010, p. 8–17).

A divisão da elite sacerdotal zadoquita emergiu sob as pressões do helenismo, uma vez que parte desse grupo aderiu às reformas

de inspiração grega com o objetivo de preservar privilégios e influência política, enquanto outra parcela resistiu a essas transformações e, por isso, sofreu destituições e perseguições. No vácuo de autoridade gerado por essa cisão interna, a casa hasmoneia afirmou-se como uma força capaz de articular liderança militar e legitimidade religiosa, conduzindo o restabelecimento dos ritos tradicionais e a purificação do Templo. Esse acontecimento passou a ser celebrado na festa de Hanucá, que se tornou símbolo da vitória da fé judaica e da afirmação da liberdade nacional.⁶

A subordinação dos hasmoneus ao sumo sacerdócio despertou oposição de círculos estritos, como os essênios, que viam os ocupantes recentes como sem direito e se isolaram em grupos como Qumran. Nos Manuscritos do Mar Morto, o Documento de Damasco e o Comentário de Habacuque indicam uma denúncia à direção religiosa do período, talvez lida como mancha do Templo, espelhando a devoção austera e à margem dos essênios, que esperavam um ‘sacerdote fiel’ (Russell, 2007, p. 58, 138).⁷

A institucionalização do sumo sacerdócio por Simão, em 140 a.C., marcou a primeira vez que a posição foi conferida por decisão política e aprovação popular, rompendo definitivamente com a tradição zadoquita. A assembleia popular que o confirmou ao cargo legitimou a criação de uma dinastia teocrática hereditária, em que a autoridade espiritual e civil se fundiam (Paul, 1983 p. 33).

A fusão do poder religioso com funções administrativas e militares redefiniu a noção

6 Flávio Josefo (2012, p. 560) descreve como as disputas pelo sacerdócio e as intervenções helenísticas de Antíoco IV culminaram na revolta dos Macabeus e na reconsagração do Templo, origem histórica da festa de Hanucá.

7 No contexto dos Manuscritos do Mar Morto, a rejeição essênia ao sacerdócio hasmoneu como corrupto — rotulado como “Sacerdote Ímpio” em textos como o Comentário de Habacuque — reflete-se no Pergaminho do Templo (11QT^{Templo}), que apresenta uma visão divina de um templo perfeito e puro, contrastando com o de Jerusalém. Os essênios, habitando o deserto em Qumran, aguardavam sua substituição celestial, crendo em revelação contínua que ajustava as escrituras anteriores para restaurar a pureza ritual, incluindo leis ampliadas de pureza e festas adicionais (Brown; Holzapfel, 2002, p. 115).

de liderança judaica. Ao absorver prerrogativas civis e bélicas, o sumo sacerdote equiparou-se a arquétipos bíblicos, como Moisés e Davi, que mesclavam autoridade espiritual e gerencial, respaldando teologicamente a concentração de mando na linhagem hasmoneia. Ainda assim, essa virada atenuou a pureza ritual do Templo, fomentando censuras e atritos internos que abalaram a coesão do povo judeu, ao mesmo tempo em que suscitava dilemas éticos e impulsionava movimentos reformistas, como os essênios, em meio a crises de legitimidade (Athas, 2023, p. 250-255).⁸

Ao refletir sobre o processo delineado, o rompimento com a tradição zadoquita não pode ser visto como mero acidente histórico, mas como uma adaptação estratégica às circunstâncias extremas do período, emergindo como resposta necessária às turbulências que ameaçavam a sobrevivência judaica. Essa configuração, embora tenha se mostrado eficaz na preservação da fé, da identidade nacional e de certo grau de autonomia política diante das pressões helenísticas, redefiniu o sacerdócio como eixo de resistência e soberania. Contudo, a ampliação das atribuições sacerdotais para além do âmbito cultural tensionou a sacralidade tradicional do Templo e acentuou disputas internas, favorecendo o surgimento de divisões sectárias e debates teológicos que comprometeram a coesão do povo. O legado ambíguo dessa experiência, marcado por avanços institucionais e fraturas duradouras que se estenderam até o período romano, conduz à análise dos limites e das dificuldades inerentes a esse modelo de liderança, questão que será desenvolvida na sequência.

OS DESAFIOS DA LIDERANÇA HÍBRIDA

A consolidação da liderança híbrida pelos sumos sacerdotes hasmoneus, que mesclava deveres cultuais, gerenciais e bélicos, abrangendo desde rituais no Templo até comandos armados e negociações diplomáticas, marcou uma novidade única na trajetória judaica, redefinindo a essência do poder e da autoridade no período intertestamental. Esse padrão facilitou, inicialmente, uma resistência unificada contra ameaças externas, ao vincular o peso espiritual do sacerdócio à ação armada, o que motivava e unia o povo em torno de uma meta compartilhada: a defesa da fé e da independência diante da tirania selêucida. Ademais, reforçou a legitimidade interna do Estado judeu, pois os hasmoneus, ao invocarem a bênção divina do Templo, apresentavam as decisões políticas como reflexos da vontade de Deus, promovendo coesão em uma sociedade fragmentada por tensões culturais. No governo de João Hircano I (134-104 a.C.), o alargamento territorial destacou-se como sinal dessa tática, com a anexação da Idumeia, terra ao sul povoada por edomitas, rivais ancestrais dos judeus, onde Hircano decretou adesões compulsórias ao judaísmo, demandando a circuncisão e o seguimento da Torá — medida que neutralizava ameaças, mas semeava ressentimentos futuros (Schürer, 2023, p. 295).

A conquista de Samaria constitui exemplo notável desse processo. Povo de tradição própria, os samaritanos reverenciavam o Monte Gerizim como centro de culto e possuíam uma versão do Pentateuco que legitimava seu santuário em oposição ao de Jerusalém. A destruição do templo samaritano por Hircano, por volta de 128 a.C., simbolizou uma tentativa rigorosa de centralizar o culto em Jerusalém e eliminar disputas teológicas que questionavam a supremacia religiosa judaica (Josefo, 2012, p. 614; Tognini, 2009, p. 120).

O ato intensificou o cisma entre judeus e samaritanos, reforçando a centralidade do Templo de Jerusalém, mas também aprofundando divisões regionais que fragilizaram a coesão nacional. A

8 A fusão das funções religiosas com prerrogativas civis e militares comprometeu a santidade do Templo e provocou intensos questionamentos éticos acerca da fidelidade à lei, desencadeando crises de legitimidade na liderança judaica (Athas, 2023). Esse cenário favoreceu o surgimento de movimentos reformistas, entre os quais se destaca o Essenismo inicial — uma secessão hasídica liderada pelo Mestre da Justiça por volta de 150 a.C., que denunciava nos governantes hasmoneus uma forma de “secularização” profanadora, antagônica ao “zelo pela lei” e à pureza ritual (Hengel, 1981, p. 224–228).

iniciativa refletia, ao mesmo tempo, o propósito político e religioso dos hasmoneus de unificar a população sob uma identidade judaica comum, consolidando sua autoridade como guardiães da fé e da soberania. As medidas, embora tenham fortalecido o Estado a curto prazo, acabaram por acentuar tensões com grupos internos e externos, evidenciando os limites da liderança híbrida em sustentar uma coesão duradoura (Josefo, 2012, p. 611–618).

O surgimento de divisões sectárias configurou-se em obstáculo chave dessa direção híbrida. Os fariseus, fiéis à leitura oral da Lei e à prática diária, censuravam a união dos hasmoneus com os saduceus, grupo nobre mais receptivo ao helenismo. No reinado de Alexandre Janeu, esses atritos explodiram em uma guerra civil devastadora. Os eventos foram marcados por crucificações de fariseus opositores, prática rara no contexto judaico tradicional, mas inspirada na influência helenística grega, que a utilizava como forma de punição extrema e humilhante (Josefo, 2012, p. 628). Naquele mesmo tempo, os essênios emergiram, isolando-se em sítios, como Qumran, negando o Templo manchado e cultivando uma devoção austera e à parte, o que expunha o fracionamento da sociedade judaica e o nascer de vias alternativas de peso religioso.⁹

A institucionalização do sumo sacerdócio como posto hereditário surgiu como elemento chave de tensão na ordem hasmoneia, formalizada por Simão durante seu governo (141-134 a.C.). Essa decisão transformou o ofício sagrado, tradicionalmente reservado a sacerdotes levitas selecionados por mérito ou designação divina, em um privilégio exclusivo da família hasmoneia, estabelecendo uma sucessão baseada em laços de sangue. Essa mudança desencadeou intensas disputas sucessórias internas, como as registradas entre João Hircano I e seus irmãos ou mais tarde,

entre Aristóbulo I e seus rivais, em que ambições pessoais frequentemente prevaleceram sobre os interesses coletivos da nação (Josefo, 2012, p. 614-620). Tais rivalidades não apenas fragmentaram a coesão política, ao criar facções leais a diferentes herdeiros, mas também abalaram a unidade religiosa da Judeia, uma vez que a santidade do sumo sacerdote passou a ser questionada por setores da sociedade que percebiam o cargo como comprometido por ambições hereditárias (Schürer, 2023, p. 327–338). À medida que essas fragilidades inerentes à liderança híbrida se intensificaram, elas delinearam o cenário no qual pressões políticas e militares externas se tornaram progressivamente mais decisivas para o destino da dinastia hasmoneia, contribuindo de forma significativa para o enfraquecimento e, por fim, para o declínio da autonomia judaica.

PRESSÕES POLÍTICAS E MILITARES

A liderança híbrida consolidada pelos hasmoneus, que articulava o sacerdócio com funções civis e militares, enfrentou desafios crescentes, diante das pressões políticas e bélicas de potências estrangeiras, transformando a autonomia conquistada na revolta macabeia em uma soberania marcada por incertezas. Nos primórdios desse arranjo, os selêucidas impuseram-se como a força dominante responsável por moldar o equilíbrio de poder, exigindo dos governantes judeus uma negociação constante para preservar algum grau de independência, como se observa nas tensões iniciais da dinastia (Paul, 1983, p. 24–32).¹⁰

A libertação do domínio selêucida permitiu que João Hircano I, ao suceder Simão no ofício

9 Russell oferece mais informações sobre as seitas, explorando em detalhes as práticas dos fariseus na interpretação da Lei oral, a aliança dos saduceus com a elite sacerdotal e o isolamento ascético dos essênios em Qumran, enriquecendo a compreensão das divisões religiosas do período (Russell, 2007, p. 49-59).

10 Schürer (2023, p. 287–294) analisa as negociações selêucidas-hasmoneias sob João Hircano I (134–104 a.C.), enfatizando tratados como o de 133 a.C., que asseguraram autonomia interna à Judeia em troca de tributos anuais e lealdade nominal ao trono selêucida, permitindo expansão territorial sem confronto direto.

de sumo sacerdote, buscasse alianças capazes de garantir a continuidade do governo judaico autônomo, embora enfrentasse dificuldades, como o pagamento de tributos e a necessidade de reconhecer a soberania estrangeira. Esse período foi marcado por provações imediatas, entre elas o prolongado cerco conduzido por Antíoco VII Sidetes, que obrigou Hircano a aceitar termos de rendição, interrompendo temporariamente a independência política de Israel. Ainda assim, os conflitos internos pela sucessão ao trono sírio ofereceram oportunidade para recuperar parte da autonomia perdida, mesmo sob uma sujeição que expôs as fragilidades internas do regime, evidentes nas sucessões conturbadas e nas disputas entre facções religiosas (Josefo, 2012, p. 614).

O enfraquecimento progressivo do poder selêucida permitiu que Roma explorasse as divisões internas da Judeia para consolidar sua influência, especialmente após os hasmoneus recorrerem a alianças com essa potência ocidental como meio de proteção contra rivais regionais (Surburg, 1975, p. 56). Tal decisão mostrou-se onerosa, culminando na intervenção de Pompeu em 63 a.C., que arbitrou o conflito entre Hircano II e Aristóbulo II, impôs tributos pesados e reconfigurou a Judeia como uma entidade subordinada, restringindo sua autonomia política.

As disputas internas, agravadas pelas políticas expansionistas de Hircano I e por sua inclinação às tendências helenísticas já apontadas como fator de distanciamento das tradições religiosas anteriores (Paul, 1983, p. 34–35), facilitaram o avanço romano e marcaram o declínio da soberania hasmoneia. A sujeição a Roma impôs novos desafios ao ofício sacerdotal, que passou a organizar defesas sem violar as prescrições religiosas que limitavam determinadas práticas militares, ao mesmo tempo em que administrava as tensões entre facções internas sob a vigilância constante do poder estrangeiro. A pressão externa redefiniu a natureza do sacerdócio, deslocando-o de uma função essencialmente sagrada para um cargo permeado por interesses políticos, o que aprofundou os questionamentos quanto à sua

legitimidade espiritual.

As demandas políticas e militares, ao ultrapassarem o campo de batalha, alcançaram a esfera religiosa e instauraram tensões entre as expectativas romanas e a identidade judaica. A autorização romana para a continuidade dos rituais no Templo de Jerusalém, embora aparente gesto de tolerância, exigia uma lealdade que frequentemente se chocava com os princípios monoteístas, ferindo o núcleo espiritual do povo. A fusão entre poder religioso e político, concebida inicialmente como estratégia de resistência, converteu-se, assim, em fragilidade exposta diante da ingerência estrangeira. A guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II exemplificou de modo emblemático essa vulnerabilidade, ao revelar divisões internas que pavimentaram o caminho para a intervenção romana¹¹, demonstrando como pressões externas souberam explorar as fissuras locais (Allegro, 2015, p. 120-131).

As imposições políticas e militares não apenas testaram a capacidade administrativa dos sumos sacerdotes, mas também evidenciaram os limites do modelo híbrido de poder, contribuindo para a erosão da autonomia judaica e para a reconfiguração das esperanças espirituais que emergiriam no período do Novo Testamento. Essas transformações, de natureza simultaneamente política e teológica, prepararam o terreno para um novo estágio da história judaica sob domínio estrangeiro, no qual a perda da soberania civil passou a se entrelaçar com a redefinição da fé e das instituições religiosas. Nesse cenário, tornam-se mais evidentes as implicações desse processo tanto para a autonomia judaica quanto para a configuração do próprio judaísmo, questões que orientam a análise desenvolvida a seguir.

11 A intervenção romana na Judeia foi facilitada não apenas pelas divisões entre Hircano II e Aristóbulo II, mas também pela astúcia de Antípater, um idumeu que manipulou as rivalidades internas para ganhar influência junto a Roma. Sua aliança com Hircano e os nabateus, seguida pela bajulação a Pompeu, exemplifica como as fraquezas locais foram exploradas por interesses externos (Allegro, 2015, p. 123-127).

CONSEQUÊNCIAS PARA A AUTONOMIA JUDAICA E O JUDAÍSMO

O presente tópico analisa as consequências da fusão entre o poder religioso e o poder político estabelecida pela dinastia hasmoneia. A investigação examina três dimensões principais: o impacto da dominação selêucida e romana sobre a autonomia judaica, a redefinição do papel dos sumos sacerdotes e os reflexos gerados no pensamento religioso e político do Novo Testamento. O objetivo central consiste em esclarecer se essa integração de funções sacerdotais e governamentais fortaleceu ou comprometeu a soberania de Israel e de que maneira esse arranjo político-religioso contribuiu para as tensões entre fé e autoridade que marcaram o surgimento do cristianismo primitivo (Grabbe, 2010, p. 8–17).

A dominação estrangeira exerceu papel determinante nessa evolução. Os selêucidas, sob Antíoco IV Epifânio, impuseram a helenização forçada, desafiando a identidade judaica e desencadeando a revolta macabeia. Apesar da resistência hasmoneia e da recuperação do Templo, a soberania permaneceu frágil, culminando em submissão a Roma, após intervenção de Pompeu, em 63 a.C. (Schürer, 2023, p. 292–294). Essa mudança transformou a Judeia em província subordinada, redefinindo o sacerdócio de guardião espiritual para mediador político e acentuando tensões entre fé e poder.

O papel de sumos sacerdotes alterou-se profundamente. A nomeação hereditária instituída por Simão em 140 a.C. deslocou o foco de pureza ritual para o de sobrevivência política, tornando o cargo vulnerável a influências externas. Líderes como João Hircano I e Hircano II exemplificam transição, equilibrando poder com negociações que diluíram a sacralidade tradicional. Essa evolução fomentou esperanças messiânicas, pois a desilusão com lideranças político-sacerdotais, que falharam em restaurar justiça divina, alimentou a expectativa de um Messias que unificasse fé e poder, sob autoridade de Deus — tema recorrente

nas pregações de Jesus e nas cartas paulinas (Brown; Holzapfel, 2012, p. 62–65).

As transformações ocorridas nesse período exerceram influência profunda no pensamento religioso e político do Novo Testamento. A opressão romana, combinada com a percepção crescente de corrupção no sacerdócio, intensificou as expectativas por um messias libertador. Esse contexto moldou tanto as revoltas zelotes quanto as propostas teológicas de Jesus, centradas em um Reino de caráter espiritual, e de Paulo, que destacou a nova aliança pela graça e pela fé. A fusão entre autoridade sacerdotal e poder político gerou, no início, uma resistência eficaz contra a assimilação e o domínio estrangeiro. Contudo, a longo prazo, esse arranjo comprometeu a autonomia judaica e aprofundou divisões internas que marcaram as dinâmicas religiosas e políticas do final do Segundo Templo. A presente análise demonstra que tais tensões constituíram o fundamento histórico das expectativas messiânicas e espirituais expressas no Novo Testamento, revelando a complexa interação entre fé, política e identidade cultural no judaísmo tardio.

O IMPACTO DA INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA (SELÊUCIDA E ROMANA)

A influência estrangeira dos selêucidas e de Roma reconfigurou profundamente a autonomia judaica no período intertestamentário, moldando as estruturas políticas e a identidade religiosa da Judeia de forma duradoura. A pressão selêucida inicial, sob Antíoco IV Epifânio (175-164 a.C.), adotou uma helenização coercitiva, com o objetivo de unificar o império, impondo cultos pagãos no Templo de Jerusalém e proibindo rituais judaicos essenciais, como a circuncisão e a observância do sábado (Schürer, 2023, p. 230).

Essas medidas, interpretadas como um ataque direto à identidade judaica, desencadearam a revolta macabeia, liderada por Matatias e seus

filhos, culminando na purificação do Templo, em 164 a.C. A resposta hasmoneia uniu o sacerdócio ao comando militar, fortalecendo a coesão nacional de maneira temporária. A independência conquistada, porém, revelou-se precária nas negociações de João Hircano I com Antíoco VII Sidetes, por volta de 132 a.C., que exigiram tributos pesados e demonstrações de lealdade ao Império Selêucida, evidenciando a fragilidade da soberania judaica (Surburg, 1975, p. 52).

O projeto selêucida fazia parte de um processo mais amplo de integração cultural iniciado após as conquistas de Alexandre, o Grande. A helenização, inicialmente um intercâmbio cultural, transformou-se em imposição de Antíoco IV, dividindo as elites helenizantes, como os Tobiadas, dos tradicionalistas hasidim (Skarsaune, 2004, p. 26-27). Os hasmoneus exploraram essa divisão para mobilizar apoio popular, mas dependiam de tratados, como o firmado com Demétrio II, em 142 a.C., para manter a estabilidade. Essas alianças concediam isenções fiscais temporárias, mas inseriam práticas helenísticas administrativas, como a cunhagem de moedas com inscrições gregas, sinalizando uma adaptação pragmática ao contexto imperial. Essa conciliação suscitou críticas internas severas, com os fariseus questionando a legitimidade de líderes que aparentavam comprometer a integridade da Lei (Josefo, 2012, p. 618).

O declínio selêucida, no final do século II a.C., elevou Roma como potência dominante, explorando as divisões judaicas internas para consolidar o controle. A guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II, agravada por rivalidades sectárias, levou à intervenção de Pompeu, em 63 a.C.¹² Hircano II, nomeado etnarca, administrou sob supervisão romana rigorosa, condicionando a continuidade dos rituais do Templo à lealdade imperial (Josefo, 2012, p. 644). Essa subordinação

restringiu a autonomia política de forma significativa e aprofundou tensões internas, com os fariseus contestando um sacerdócio que conciliava interesses espirituais com demandas imperiais.

A pressão romana, diferentemente da flexibilidade cultural selêucida, caracterizou-se por uma administração sistemática que integrou a Judeia ao aparato colonial. A tributação destinada a sustentar as legiões romanas era percebida como afronta à soberania divina, culminando em revoltas, como a desencadeada pelo censo de Quirino, em 6 d.C. — episódio que, somado à entrada de Pompeu no Santo dos Santos, em 63 a.C., considerada profanação apesar de o general ter deixado o espaço intacto e ordenado a continuidade do culto, simbolizou a perda de autonomia religiosa e política, tornando o sumo sacerdócio dependente de aprovação estrangeira e fomentando movimentos nacionalistas, como os zelotes (Vermes, 2014, p. 53- 59).

Essa tensão entre lealdade ao império e fidelidade à Torá colocou os sumos sacerdotes em posição delicada, pois precisavam equilibrar demandas romanas, como o fornecimento de tropas auxiliares, com restrições religiosas que limitavam o envolvimento em conflitos seculares (Brown; Holzapfel, 2002, p. 81). A nomeação de sacerdotes por influência política, frequentemente sob aval romano, minou ainda mais a legitimidade espiritual do sacerdócio, alimentando críticas de grupos como os fariseus e os essênios.

As influências selêucida e romana também fragmentaram o tecido social e religioso da Judeia. Enquanto os Selêucidas incentivaram divisões entre helenizantes e tradicionalistas, Roma explorou rivalidades sectárias, favorecendo os saduceus, que se alinhavam ao pragmatismo imperial, em detrimento dos fariseus, defensores zelosos da tradição da torá¹³. Essa polarização levou comunidades a se retirarem para Qumran, como os essênios, que lá desenvolveram teologias

12 A intervenção de Pompeu em 63 a.C. não apenas resolveu a guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II em favor do primeiro, mas resultou na perda significativa de territórios judaicos, incluindo cidades costeiras, Samaria e a Decápole, com a Judeia integrada à província romana da Síria sob tributos e administração externa (Aleegro, 2015, p. 130-131).

13 O domínio romano explorou rivalidades sectárias pré-existentes, favorecendo saduceus como mediadores imperiais e marginalizando fariseus pela ameaça à estabilidade colonial (Vermes, 2014).

apocalípticas que reinterpretavam a opressão como parte de um plano divino. A literatura apocalíptica, como o Livro de Enoque, reflete essa reorientação espiritual, com visões de um reino eterno que contrastavam com a submissão política (Athas, 2023, p. 202-205). Assim, a perda de autonomia política estimulou uma resiliência espiritual, com o fortalecimento de esperanças messiânicas baseadas em textos, como Daniel 7.13-14, que prenunciavam uma redenção divina.

A análise dessas dinâmicas sugere que a fusão entre sacerdócio e governo, concebida inicialmente como uma resposta eficaz à opressão selêucida, revelou-se insustentável diante da pressão romana, que soube explorar as divisões internas da Judeia. Argumenta-se que a interação entre forças externas e fragilidades locais não apenas acelerou a erosão da soberania, como catalisou uma transformação teológica, deslocando o foco da restauração política para a redenção espiritual. Essa redefinição da identidade judaica, marcada pela resistência cultural e pela expectativa messiânica, preparou o terreno para transformações significativas na vida religiosa, durante o período do Segundo Templo. Nesse contexto, torna-se necessário examinar a reconfiguração do papel dos sumos sacerdotes, considerando de que modo as pressões externas contribuíram para moldar a função sacerdotal e para redefinir as complexas relações entre religião e política no judaísmo tardio.

A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DOS SUMOS SACERDOTES

A fusão entre sacerdócio e governo, no período hasmoneu, provocou redefinição profunda do papel dos sumos sacerdotes, transformando-os de guardiões espirituais da Lei em figuras políticas influenciadas por pressões internas e externas. A nomeação de Jônatas como sumo sacerdote, em 152 a.C., por Alexandre Balas, rompeu a tradição

zadoquita, que limitava o cargo à linhagem de Zadoque, e introduziu liderança pragmática, unindo funções religiosas a comando militar contra a helenização selêucida (Grabbe, 2010, p. 17-18). Essa decisão, confirmada por Simão em 140 a.C., com apoio popular, criou dinastia hereditária, em que legitimidade espiritual competia com autoridade política, reposicionando sacerdócio como ferramenta de resistência e administração em crise. A transição inicial respondeu à necessidade de adaptação diante de ameaças externas, mas deu início a um processo gradual de secularização do cargo. O sacerdócio sob João Hircano I (134-106 a.C.) ganhou caráter expansionista e administrativo, evidente na destruição do templo samaritano no Monte Gerizim, por volta de 128 a.C., e na imposição de circuncisão aos idumeus, ações para unificar Judeia sob identidade religiosa coesa contra pressões selêucidas e romanas (Tognini, 2009, p. 116-121). Essas medidas fortaleceram o controle territorial, mas aproximaram sumos sacerdotes das elites saduceias, inclinadas ao helenismo, distanciando-os da pureza espiritual macabeia.

A aliança com saduceus, aristocracia aberta ao helenismo, contrariou valores da revolta macabeia, centrados na Lei. Essa mudança gerou resistências: fariseus defenderam interpretação rigorosa da Lei oral; essênios rejeitaram Templo corrompido, retirando-se para Qumran, com espiritualidade ascética e críticas à secularização sacerdotal (Russell, 2007, p. 49-59). Os conflitos internos revelaram fragilidades do modelo híbrido, conciliando tradição religiosa e exigências políticas, em fragmentação crescente.

A guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II, agravada por intervenção romana em 63 a.C., expôs limites dessa redefinição. A resolução por Pompeu nomeou Hircano II etnarca em vez de rei, subordinando-o a Roma e convertendo o sumo sacerdote em administrador colonial (Surburg, 1975, p. 56). Essa alteração representou perda substancial de autonomia, pois o cargo antes focado em rituais, como Yom Kippur, passou a depender de aprovações externas, incluindo

Antipater, pai de Herodes, cuja influência cresceu sob domínio romano.

A submissão romana deslocou ênfase da pureza ritual para sobrevivência política, gerando tensão permanente entre funções tradicionais e demandas estrangeiras (Paul, 1983, p. 41-44). Essa evolução teve impactos profundos na percepção do sacerdócio. A sacralidade original do cargo foi gradualmente erodida, alimentando críticas que se intensificaram no Novo Testamento, com figuras como Caifás. O sumo sacerdote entre 18 e 36 d.C. exemplificou essa transformação, ao mediar entre Roma e as tradições judaicas, destacando-se no julgamento de Jesus (Jo 18.13-14), que priorizou a estabilidade política ao condenar um potencial agitador.

Essa colaboração com Roma consolidou a imagem de um sacerdócio comprometido com interesses políticos, o que resultou na perda gradual do controle espiritual, que antes definia sua autoridade legítima. A eficácia inicial da união entre culto e resistência cultural, demonstrada na vitória contra os selêucidas e na preservação do Templo, contrastou fortemente com a adaptação posterior que enfraqueceu a autonomia judaica. Os sumos sacerdotes passaram a atuar como mediadores subordinados aos interesses coloniais romanos, função que comprometeu de maneira decisiva a independência religiosa e política do povo judeu (Skarsaune, 2004, p. 92-96).¹⁴

A perda de controle espiritual abriu espaço para alternativas religiosas. As comunidades essênias buscaram renovação em Qumran, onde um grupo proveniente da tradição hassídica se retirou para o deserto da Judeia, sob a liderança do Mestre da Justiça. Eles formaram os “Pactuantes de Qumran”, identificados com os essênios, que acreditavam viver uma “nova aliança” em

preparação à era messiânica. Textos como o Documento de Damasco e o Comentário de Habacuque condenavam a corrupção sacerdotal e antecipavam um “sacerdote justo”, que restauraria a pureza ritual e a fidelidade à Lei (Russell, 2007, p. 56-59). Essa busca por renovação, intensificada pela opressão romana, influenciou esperanças de redenção, que se fortaleceram nos anos seguintes.

A redefinição do sacerdócio não apenas respondeu às pressões externas, mas também impulsionou uma transformação religiosa que culminou no cristianismo primitivo. A tensão entre funções rituais e políticas, agravada pela submissão a Roma, deixou um legado de divisões que moldou as dinâmicas do judaísmo e preparou o terreno para novos movimentos espirituais.

A transição do sacerdócio hasmoneu foi marcada por desafios de coesão interna. A nomeação hereditária garantiu continuidade, mas intensificou disputas sucessórias, como entre Hircano I e seus irmãos, fragilizando a liderança. Essa instabilidade, combinada com a aliança com os saduceus, aprofundou a divisão com os fariseus, que viam na secularização uma traição aos valores macabeus.

O reinado de Alexandre Janeu (103-76 a.C.) expôs a fragilidade do modelo híbrido, ao executar fariseus por divergências políticas, o que intensificou as divisões sectárias. A intervenção romana aproveitou essas fissuras e impôs uma governança que subordinou o sacerdócio a interesses coloniais. Essa dependência transformou o sumo sacerdote em mediador entre o povo e o poder estrangeiro, um papel que alcançou expressão clara em figuras como Anás e Caifás, cujas decisões no Sinédrio refletiram a submissão a Roma.

A redefinição do sacerdócio hasmoneu demonstrou uma notável capacidade de adaptação, apesar dos desafios. A unificação territorial sob Hircano I e a resistência inicial contra os Selêucidas foram conquistas que preservaram a identidade judaica em meio à crise. O custo dessa flexibilidade foi elevado: a perda de autonomia espiritual e política deixou o povo vulnerável às interferências

14 Skarsaune observa que o processo de helenização e posterior domínio romano não apenas alteraram a estrutura administrativa do Templo, mas também o significado teológico do sacerdócio. O sumo sacerdote, antes visto como representante da santidade nacional diante de Deus, passou a funcionar como agente de negociação com o império, um “sacerdote político”, cuja lealdade se inclinava mais à estabilidade civil do que à pureza cultural (2004, p. 93-94).

externas e dividido internamente. A busca por renovação, observada nas comunidades essênias e na resistência farisaica, evidencia a persistência de um ideal de pureza e fidelidade à Lei. Esse legado, de resistência e acomodação, influenciou profundamente as dinâmicas religiosas, que mais tarde se refletiriam no ambiente do Novo Testamento. Nesse contexto, o sacerdócio redefinido tornou-se objeto de crítica severa e, simultaneamente, de ressignificação teológica profunda.

A influência romana acentuou a dependência política do cargo sacerdotal, conforme relatada por Flávio Josefo (2012).¹⁵ A nomeação de sumos sacerdotes por autoridades estrangeiras, como no caso de Anás e Caifás, esvaziou o caráter sagrado da função e a submeteu a interesses coloniais. Essa transformação produziu um deslocamento do centro da autoridade religiosa: o poder, antes concentrado no Templo, começou a migrar para o campo da interpretação da Lei e para as comunidades que buscavam novas formas de expressão da fé. A reconfiguração do sacerdócio foi decisiva para o surgimento de novas leituras teológicas e espirituais, que culminariam na compreensão messiânica do cristianismo primitivo (Skarsaune, 2004, p. 92–96).¹⁶

O sacerdócio hasmoneu garantiu a sobrevivência nacional diante das ameaças helenísticas e romanas, preparando o terreno para uma profunda transformação do pensamento religioso judaico. As tensões entre fé e poder, pureza e pragmatismo, resistência e cooptação delinearam um cenário fértil para o surgimento de novas interpretações sobre autoridade, mediação e redenção. O contexto marcado por rupturas e continuidades permite compreender as influências do judaísmo tardio sobre o pensamento religioso e político do Novo Testamento.

15 Josefo descreve como, sob o domínio romano, a nomeação dos sumos sacerdotes passou a depender diretamente dos governadores e procuradores imperiais, rompendo com a tradição hereditária e corrompendo a autoridade espiritual do ofício. (2012, p. 829–836).

16 Skarsaune destaca que a perda da centralidade sacerdotal e o deslocamento da autoridade para a interpretação da Lei e para o Messias foram fatores determinantes para a teologia cristã nascente. (2004, p. 92–96).

INFLUÊNCIAS NO PENSAMENTO RELIGIOSO E POLÍTICO DO NOVO TESTAMENTO

As mudanças trazidas pela liderança híbrida dos hasmoneus e pela interferência de potências externas deixaram impactos claros no pensamento religioso e político do Novo Testamento, moldando ideias sobre autoridade, esperança de salvação e relação entre o sagrado e o mundo secular no início do cristianismo (Hengel, 1981, p. 313).¹⁷ A perda gradual da independência judaica sob o domínio romano, agravada pelas divisões internas originadas na era hasmoneia, intensificou expectativas por um libertador que não fosse apenas político, mas também agente de restauração espiritual. As narrativas dos Evangelhos apresentam essa espera, ao retratar a opressão como oportunidade para transformação mais profunda, refletindo uma sociedade fragmentada: zelotes defendiam resistência armada contra Roma, enquanto fariseus priorizavam a obediência cotidiana à Torá como forma de preservar a identidade cultural e religiosa (Tognini, 2009, p. 152–157, 169–170). As diferenças relacionadas às instabilidades herdadas do período hasmoneu configuraram um cenário plural, que marcou os textos neotestamentários e evidenciou o dilema entre adaptação e resistência diante do poder estrangeiro.

A mudança no papel dos sumos sacerdotes, resultante da ruptura com a tradição zadoquita e da combinação de funções administrativas e militares, afetou diretamente o contexto apresentado no Novo Testamento. A atuação desses líderes sob domínio romano os colocava como mediadores entre as exigências imperiais e as práticas religiosas judaicas, levando-os a priorizar a estabilidade política mesmo quando isso implicava flexibilizar a pureza ritual. A estratégia adotada por governantes

17 Como observa Skarsaune (2004, p. 93), os sumos sacerdotes hasmoneus forjaram uma liderança híbrida que unia realeza e sacerdócio, capaz de moldar profundamente o pensamento político e religioso judaico, ressonância que se reflete nas expectativas apocalípticas de um messias não político (Athas, 2023, p. 348).

hasmoneus, como João Hircano I, que por volta de 132 a.C. aceitou tributos e declarou lealdade a Antíoco VII Sidetes para garantir a autonomia da Judeia, ilustra de maneira clara essa postura (Schürer, 2023, p. 290).

A conduta no século I d.C. gerou dúvidas sobre legitimidade espiritual do sumo sacerdócio, evidenciada no Evangelho de João, em que um líder declara que convém que um só homem morra pelo povo, priorizando estabilidade política sob pressão romana (Jo 11.49–50; cf. Josefo, 2012, p. 829).¹⁸ Em resposta, os textos neotestamentários oferecem uma visão que quebra esse modelo misto: Jesus separa deveres civis e espirituais, ao dizer “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mt 22.21; Mc 12.17; Lc 20.25). Essa ideia critica a mistura de poderes hasmoneu e promove uma fidelidade a Deus sem laços políticos (Skarsaune, 2004, p. 93).¹⁹

A subordinação política e a atuação por conveniência do sumo sacerdócio corroeram a legitimidade espiritual e confirmaram a crise de autoridade que antecedeu o cristianismo. Embora fontes não citem a frase de Caifás (Jo 11.49–50), o contexto histórico e político fundamenta a percepção de que a autoridade religiosa priorizava interesses práticos e políticos (Josefo, 2012, p. 925).²⁰ O contexto de uma Judeia exposta a influências externas favoreceu o desenvolvimento de uma teologia que passou a valorizar a consciência pessoal em detrimento das estruturas governamentais.

18 Josefo registra Caifás como sumo sacerdote nomeado por Roma, cuja decisão pragmática reflete a subordinação espiritual à estabilidade imperial — herança da “liderança híbrida hasmoneia”. (2012, p. 829)

19 Skarsaune (2004, p. 93) identifica a “fusão hasmoneia de autoridade religiosa e política” como raiz da corrupção sacerdotal, enquanto Hengel (1981, p. 313) a qualifica como “tragédia” da piedade nacional-política, inviabilizando reformas internas e levando o cristianismo a romper radicalmente com a Torah ontology, ao separar sagrado e secular.

20 Josefo (2012, p. 925) documenta destituições por Herodes/Roma (ex.: remoção de Jesus filho de Sias e concessão de Cláudio a Agripa I), execução oportunista de Tiago, irmão de Jesus, por Anano em vácuo de poder (Festo-Albino), e a “poluição política” do sacerdócio (Schürer, 2023, vol. 2. p. 303-314) — evidenciando a subordinação do sagrado ao secular e a crise de legitimidade espiritual.

O distanciamento do centro religioso pelos essênios, motivado por percepções de impureza no Templo durante a era hasmoneia, contribuiu para mudança de foco espiritual. Comunidades como Qumran cultivaram vida rigorosa e aguardavam intervenção divina, criticando líderes corruptos e prevendo restauração autêntica (Russell, 2007, p. 57–59). As reflexões joaninas sobre renovação espiritual e santidade sugerem ligação entre mediador divino e superação de falhas passadas²¹. A divisão ocasionada pelo domínio romano explorou diferenças, incentivando novas formas de vivência da fé e enriquecendo narrativas que destacam experiência individual da crença.

O poder romano, que tornou a Judeia província dependente após Pompeu em 63 a.C., provocou profundas transformações na vida política e religiosa do judaísmo. A antiga estrutura hasmoneia, marcada por disputas sucessórias e adoção parcial de costumes helenísticos, revelou-se incapaz de sustentar unidade nacional e espiritual. O contato crescente com a cultura grega inseriu o pensamento religioso judaico em novas realidades linguísticas e culturais, ampliando o horizonte teológico e social do período (Hengel, 1981, p. 105–106; Josefo, 2012, p. 644).

O domínio romano, embora opressivo, proporcionou espaço de reflexão sobre a relação entre fé, identidade e poder. Entre pensadores do século I, Paulo de Tarso representou resposta teológica significativa às tensões culturais e políticas: desenvolveu ideia de justiça de Deus manifestada pela fé, e não pela observância ritual da Lei, ampliando alcance da aliança divina além das fronteiras étnicas judaicas (Rm 3.21–30; Gl 3.26–29). A compreensão paulina, formulada em meio à submissão ao poder imperial, redefiniu a esperança messiânica ao transformar a perda da autonomia política de Israel em oportunidade para afirmar uma comunhão espiritual de caráter universal. Paulo propôs um novo modo de pertencimento:

21 Conforme Skarsaune (2004, p. 141–142; 264), o Evangelho de João expressa essa redefinição da santidade e do culto, ao apresentar Jesus como aquele que substitui o Templo e encarna a presença divina (“a Palavra se fez carne e tabernaculou entre nós”, Jo 1.14).

uma comunidade que não se fundamenta em ritos distintivos nem em ascendência étnica, mas na fé que une e no amor que orienta a vida comum. Dessa forma, ele ressignificou a herança judaica enquanto respondia às pressões históricas do mundo romano,²² ampliando-a para um horizonte inclusivo e espiritual.

O controle romano também influenciou concepções sobre fim dos tempos no Novo Testamento, como em Apocalipse, que apresenta derrota de opressores como triunfo divino (Athas, 2023, p. 202–205). A imagem de vitória final, relacionada a frustrações com independência frágil dos hasmoneus, conecta-se às esperanças cristãs de reino além da política. As alianças hasmoneias com saduceus, que aceitaram o helenismo em busca de estabilidade, contrastaram com fariseus, defensores da tradição oral, gerando desconfiança explorada nos textos neotestamentários, ao criticar líderes que priorizavam aparência externa sobre interioridade da fé (Schürer, vol. 2, p. 504–531).

A crítica de Jesus à religiosidade formalista reforça espiritualidade que rejeita fusão entre poder e devoção, propondo comunidade pautada na lealdade a Deus e não em cargos oficiais. A postura de Jesus, próxima à dos fariseus da escola de Hillel, evidencia originalidade ao atender marginalizados e enfatizar radicalidade de amor e mensagem.

As expectativas por um restaurador, intensificadas por lutas contra selêucidas e vassalagem romana, reinterpretaram-se no cristianismo como vinda de guia sacrificial, oferecendo salvação além do político. A síntese de ensinamentos tradicionais e inovação espiritual distingue Jesus de correntes farisaica, saduceu e

essênia, instaurando nova totalidade de sentido no judaísmo do primeiro século.

As narrativas de crucificação e ressurreição evidenciam transformação, contrapondo-se a ideais de luta armada e revelando como divisões sectárias do judaísmo tardio influenciaram teologias voltadas à mudança interior. A variedade de perspectivas neotestamentárias, da ênfase joanina na divindade de Cristo à paulina na justiça pela fé, expressa conflitos entre aceitar ou resistir a Roma, aprofundando visões de salvação que articulam período intertestamentário ao cristianismo primitivo²³.

A crítica à autoridade religiosa distorcida, junto a imagens escatológicas, revela consequências da antiga união sacerdotal, que, embora tenha protegido contra ameaças externas, gerou rupturas transformadoras do cenário religioso. O papel de grupos como zelotes, fariseus e essênios, assim como perspectivas de Jesus e Paulo, exemplifica transição de fé estruturada em coletividades para uma espiritualidade mais pessoal. A trajetória de tensões e adaptações não se limita ao passado, convocando reflexão teológica contemporânea, abrindo espaço para leitura que relacione antigas e novas alianças e busque equilíbrio entre fé e história em tempos de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do período intertestamentário revela que a fusão entre o poder religioso e o poder político constituiu uma resposta pragmática e inevitável às pressões externas impostas pelo domínio selêucida e, posteriormente, pelo poder romano. A revolta macabeia, iniciada em 167 a.C., permitiu a reconquista do Templo e a restauração do culto legítimo em 164 a.C., abrindo caminho

22 Cf. Hengel (1981, p. 105–106); Josefo (2012, p. 644). A obra de Hengel demonstra como a penetração da cultura grega na elite sacerdotal judaica provocou uma hibridização cultural e gerou tensões internas, cenário que contextualiza a emergência de novas interpretações teológicas sobre fé e comunidade. Nesse contexto, Paulo desenvolve a ideia de que a justiça de Deus se manifesta pela fé, e não pela observância ritual da Lei, ampliando o alcance da aliança divina para além das fronteiras étnicas judaicas (Rm 3.21–30; Gl 3.26–29) e oferecendo uma resposta espiritual e comunitária às tensões de um mundo dividido entre submissão e resistência ao poder romano.

23 Cf. Skarsaune (2004), as influências do judaísmo no cristianismo primitivo. O autor demonstra que Jesus, embora inserido nas tradições judaicas de seu tempo, introduziu uma síntese inédita de amor, inclusão e espiritualidade, superando as fronteiras das escolas religiosas do período.

para a consolidação de uma autonomia política que o povo judeu não experimentava desde o exílio babilônico. A nomeação de Jônatas como sumo sacerdote, em 152 a.C., representou o rompimento definitivo com a tradição zadoquita, que mantinha separadas as esferas do altar e do trono. A assembleia de 140 a.C. reconheceu Simão como sumo sacerdote hereditário, etnarca e comandante militar, instituindo a dinastia hasmoneia e concentrando, pela primeira vez, as funções religiosas, civis e militares em uma única linhagem familiar.

Esse modelo híbrido de liderança possibilitou conquistas territoriais significativas, expansão da Judeia e fortalecimento temporário da unidade nacional. João Hircano I incorporou regiões como a Idumeia e a Samaria, destruiu o templo samaritano no Monte Gerizim e impôs práticas judaicas a populações conquistadas, projetando a Judeia como potência regional no cenário helenístico. Contudo, a concentração de poderes na mesma pessoa e família gerou tensões internas progressivas, que minaram a própria autonomia que se pretendia preservar. A corte hasmoneia adotou gradualmente estruturas administrativas, títulos e costumes helenísticos, enquanto as alianças estratégicas com Roma, inicialmente concebidas como proteção contra inimigos regionais, evoluíram para uma dependência política cada vez mais acentuada.

A intervenção de Pompeu em 63 a.C. marcou o fim da independência nacional e a subordinação definitiva do sacerdócio ao império. Roma transformou o sumo sacerdócio em instrumento de controle colonial, condicionando a continuidade dos rituais sagrados à lealdade política. A nomeação de Caifás (18–36 d.C.) ilustra perfeitamente essa dinâmica: o sumo sacerdote priorizou a estabilidade imperial e a contenção de movimentos populares, sacrificando a legitimidade espiritual em nome da sobrevivência institucional. Roma explorou deliberadamente as divisões internas entre saduceus (pragmáticos e alinhados ao poder), fariseus (defensores da Torá oral e da observância popular) e essênios

(que rejeitaram o Templo como corrompido), favorecendo os saduceus como mediadores oficiais e marginalizando os demais grupos.

Do ponto de vista teológico, a crise do sacerdócio hasmoneu e a perda gradual da autonomia abriram espaço para uma profunda renovação da esperança religiosa. A corrupção do sistema sacerdotal, a subordinação do sagrado aos interesses políticos e o enfraquecimento do ideal teocrático intensificaram as expectativas de um Reino que transcendesse as estruturas terrenas. O Novo Testamento reflete diretamente esse contexto histórico. Jesus distingue claramente o que pertence a César do que pertence a Deus (Mt 22.21), rejeitando a fusão entre autoridade política e religiosa. Paulo desloca a mediação salvífica da instituição para a fé pessoal e a graça (Rm 3.21–30). A insuficiência de um sacerdócio comprometido com o poder imperial preparou o terreno para a mensagem messiânica centrada no relacionamento direto entre Deus e o ser humano, livre das amarras de alianças políticas.

O presente artigo demonstra, à luz das fontes de Flávio Josefo e de 1 Macabeus, bem como da bibliografia especializada representada por Schürer, Hengel, Skarsaune, Russell e outros estudiosos, que a fusão fortaleceu a autonomia judaica em curto prazo, permitindo resistência cultural e expansão territorial, mas comprometeu-a estruturalmente ao subordinar o sagrado aos interesses políticos. A redefinição do sumo sacerdote, de mediador exclusivo entre Deus e o povo para agente entre o império e a nação, desencadeou tensões internas, crise de legitimidade e uma transformação teológica que moldou o cenário religioso do Novo Testamento.

A complexidade desse fenômeno mantém-se relevante no contexto contemporâneo, na medida em que suscita reflexões críticas sobre os limites e os riscos da instrumentalização do religioso por projetos institucionais e políticos. As tensões entre fé, poder e autoridade, evidenciadas no judaísmo do Segundo Templo, oferecem um referencial histórico-teológico valioso para a análise de situações em que tradições religiosas são

chamadas a negociar sua identidade, legitimidade e missão em meio a estruturas de poder. Desse modo, o estudo desse período contribui não apenas para a compreensão do contexto social, religioso e político em que surge o cristianismo, mas também para o discernimento das dinâmicas que continuam a atravessar a tradição judaico-cristã e suas relações com o espaço público na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRO, John M. *The Chosen People: a study of Jewish history from the time of the Exile until the Revolt of Bar Kocheba, sixth century B.C. to second century A.D.* 2. ed. [recurso eletrônico]. Piketon, Ohio: Rousseau, Etc., 2015. Edição digital convertida e distribuída por Andrews UK Limited. Introdução à segunda edição por James M. Donovan.
- ATHAS, George. *Bridging the Testaments: the history and theology of God's people in the Second Temple period* [recurso eletrônico]. Grand Rapids: Zondervan, 2023.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Nova edição, revisada e ampliada*. 8. impressão. São Paulo: Paulus, 2012.
- BROWN, S. Kent; HOLZAPFEL, Richard Neitzel. *The lost 500 years: what happened between the Old and New Testaments* [recurso eletrônico]. Salt Lake City: Deseret Book, 2012.
- BROWN, S. Kent; HOLZAPFEL, Richard Neitzel. *Between the Testaments: from Malachi to Matthew* [recurso eletrônico]. Provo, Utah: Deseret Book Company, 2002.
- ECKARDT, Benedikt. *The Hasmoneans and their Rivals in Seleucid and Post-Seleucid Judea. Journal for the Study of Judaism*. Leiden, v. 47, n. 1, p. 55-70, 2016.
- GRABBE, Lester L. *An introduction to Second Temple Judaism: history and religion of the Jews in the time of Nehemiah, the Maccabees, Hillel and Jesus*. [recurso eletrônico]. Londres; Nova York: T&T Clark International, 2010.
- HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism: studies in their encounter in Palestine during the early Hellenistic period*. Philadelphia: Fortress Press, 1981.
- JOSEFO, Flávio. *História dos hebreus: Antiguidades judaicas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, 2012.
- PAUL, André. *Judaísmo Tardio: História Política*. Tradução de Benôni Lemos. Revisão de Carlos Vido. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- RUSSELL, D. S. *Entre o Antigo e o Novo Testamentos: o período interbíblico* [recurso eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Abba Press, 2007. Tradução de Eliseu Pereira.
- SCHÜRER, Emil. *História do Povo Judeu no Tempo de Jesus Cristo (175 a.C.–135 d.C.)*. Volume 1. Edição revisada e dirigida por Geza Vermes, Fergus Millar e Matthew Black, com colaboração de Pamela Vermes. Tradução de Claudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Academia Cristã, 2023.
- SCHÜRER, Emil. *História do Povo Judeu no Tempo de Jesus Cristo (175 a.C.–135 d.C.)*. Volume 2. Edição revisada e dirigida por Geza Vermes, Fergus Millar e Matthew Black, com colaboração de Pamela Vermes. Tradução de Claudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Academia Cristã, 2023.
- SKARSAUNE, Oskar. *À Sombra do Templo: As Influências do Judaísmo no Cristianismo Primitivo*. Tradução de Antivan Mendes. São Paulo: Editora Vida, 2004.
- TOGNINI, Enéas. *O Período Interbíblico: 400 Anos de Silêncio Profético*. São Paulo: Hagnos, 2009.
- VERMES, Geza. *The True Herod* [recurso eletrônico]. London: Bloomsbury T&T Clark, 2014.
- SURBURG, Raymond F. *Introduction to the Intertestamental Period*. St. Louis: Concordia Publishing House, 1975.